



PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
Pós-Graduação *Lato Sensu*
Direito e Governança Socioambiental

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público-alvo	3
4. Critérios de Seleção	4
5. Justificativa do Curso	4
6. Objetivos do Curso	4
7. Competências e Habilidades do Egresso	5
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	6
9. Estágio Não Obrigatório	8
10. Matriz Curricular	10
11. Carga Horária	10
12. Conteúdo programático	10
13. Infraestrutura Física e Pedagógica	26

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito e Governança Socioambiental

Área de Avaliação (CAPES): Direito

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas

Área do Conhecimento (CAPES): Direito

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 1000 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público-alvo

O curso de Pós-Graduação em Direito e Governança Socioambiental tem como foco os profissionais graduados em cursos equivalentes: Ciências da Terra, Ciências Ambientais, Engenharia Ambiental e Direito, que atuem e/ou desejam se atualizar a respeito da biodiversidade, mudanças climáticas e

energia, responsabilidade corporativa, justiça ambiental e desenvolvimento sustentável.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de inscrição no portal da Instituição e entrega dos documentos solicitados. Em seguida, analisados pela área competente.

5. Justificativa do Curso

[O curso de Direito e Governança Socioambiental é oportuno em uma era de aceleradas crises ambientais: colapso climático, perda de biodiversidade, conflitos sobre recursos naturais como resultado da poluição, consumo excessivo, desigualdade e pobreza e os impactos do avanço da tecnologia. A destruição do habitat ameaça nossas espécies e comunidades. Também afeta a saúde pública devido ao aumento do risco de transmissão de zoonoses, como enfatizado pela pandemia de coronavírus.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivo Geral

- O objetivo geral deste curso é fornecer com conjunto de ferramentas capazes de desenvolver novas habilidades para formação avançada e especializada em direito ambiental, teórica, prática, sistemática, abrangente, interdisciplinar e multifuncional, aplicável a várias profissões jurídicas ou de proteção ambiental, ou de pesquisa em direito ambiental.

6.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver as habilidades e conhecimentos para seguir uma carreira nas áreas de direito e governança socioambiental.
- Compreender o desenvolvimento e o funcionamento do direito ambiental em diferentes níveis de governança socioambiental.
- Aprender a avaliar e contribuir criativamente para a legislação e governança socioambiental global.

7. Competências e Habilidades do Egresso

Competências

Este curso desenvolverá sua capacidade de aplicar teorias ambientais e de sustentabilidade sofisticadas, críticas e interdisciplinares em várias escalas e em diferentes contextos geográfico.

Habilidades

Ao concluir o curso, o aluno será hábil em atividades relacionadas ao direito e governança socioambiental, incluindo

- Capacidade técnica especializada, sistemática e abrangente na área do direito ambiental.
- Aplicações práticas de conceitos jurídico interdisciplinar e aberta a outras áreas do conhecimento.
- Capacidade analítica de avaliar criticamente todo o espectro de abordagens para regular o uso humano do mundo não-humano, aprendendo com os profissionais do mundo real e fazendo a ligação com organizações externas em problemas políticos reais.

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de júbilamento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0 h	0 h	0 h
Legislação ambiental	0 h	40 h	40 h
Planejamento e políticas ambientais	0 h	40 h	40 h
Saneamento ambiental e saúde pública	0 h	40 h	40 h
Gestão da responsabilidade social e ambiental	0 h	40 h	40 h
Estudos de conflitos ambientais: impactos ambientais e de vizinhança	0 h	40 h	40 h
Auditoria ambiental	0 h	40 h	40 h
Licenciamento ambiental	0 h	40 h	40 h
Direito penal ambiental	0 h	40 h	40 h
Direito ambiental internacional	0 h	40 h	40 h

11. Carga Horária

A carga horária de 360 h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco**. Castelo Branco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Legislação Ambiental

Ementa: Proteção constitucional do meio ambiente e sistema nacional do meio ambiente. Política nacional de meio ambiente. Política nacional de resíduos sólidos. Política nacional de recursos hídricos. Responsabilidade civil, penal e administrativa em matéria ambiental. Espaços ambientalmente protegidos.

Competências e Habilidades:

- Compreender os conceitos e fundamentos do direito ambiental.
- Identificar a aplicabilidade dos institutos previstos na legislação ambiental.
- Conhecer os instrumentos de efetivação das políticas ambientais.
- Adotar normas e procedimentos legais no âmbito público e privado.

Conteúdo Programático 1: Proteção Constitucional do Meio Ambiente. Competências Constitucionais em matéria ambiental. Sistema Nacional do meio ambiente.

Conteúdo Programático 2: Políticas Nacionais. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Política Nacional de Recursos Hídricos.

Conteúdo Programático 3: Responsabilidade em matéria ambiental: civil, penal e administrativa. Princípio poluidor-pagador, da prevenção e precaução.

Conteúdo Programático 4: Espaços Ambientalmente Protegidos. Novo Código Florestal Brasileiro. Áreas de Preservação Permanente. Reserva Legal. Unidades de Conservação.

Bibliografia básica:

MELO, F. **Direito Ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Método. 2017.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**. 11ª ed. São Paulo: RT, 2018.

SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T.; PRIEUR, M. **Direito Constitucional Ecológico**. 6ª ed. São Paulo: RT, 2019.

Bibliografia complementar:

FARIAS, T. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: RT, 2019.

GOMES, L. F. **Lei de Crimes Ambientais**. 2. ed. São Paulo: Método, 2017.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

Disciplina: Planejamento e políticas ambientais

Ementa: Fundamentação sobre o uso do solo e dos recursos naturais pela sociedade. Conceituação de sustentabilidade. Apresentação da legislação

aplicada e políticas públicas. Estudo de planejamento ambiental e desenvolvimento sustentável, no Brasil e no mundo.

Competências e Habilidades:

- Reconhecer os conceitos relacionados à sustentabilidade, planejamento territorial urbano e políticas públicas aplicáveis ao tema.
- Possibilitar uma visão crítica em relação às práticas de sustentabilidade, dentro do escopo das políticas públicas de ocupação do território.
- Reconhecer e identificar as melhores práticas em relação às ações governamentais e dos entes privados, dentro do escopo de planejamento urbano e territorial, baseando-se na legislação vigente e nas normativas brasileiras aplicáveis.

Conteúdo Programático 1: A questão ambiental e os paradigmas contrastantes.

Conteúdo Programático 2: Etapas, estruturas e instrumentos da gestão e planejamento ambiental urbano.

Conteúdo Programático 3: Indicadores ambientais e planejamento territorial, políticas públicas, o desenvolvimento regional e a sustentabilidade.

Conteúdo Programático 4: Cidades inteligentes e sustentáveis no Brasil e no mundo.

Bibliografia básica:

BALESTRI, E. L.; DA SILVA, D. E. S. **Planejamento ambiental e urbano**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2018. 184 p.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. **Desenvolvimento urbano: gestão territorial responsável**. Brasília: CNM, v. 10, 2008. 84 p.

CORTESE, T. T. P.; KNISS, C. T.; MACCARI, E. A. (orgs.). **Cidades Inteligentes e Sustentáveis**. 1ed. Barueri: Manole, 2017. v. 1. 176 p.

GIAMBASTIANI, G. L. et al. **Planejamento urbano e regional: dimensionamento**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book.

LUZ, A. M.; DEL SANT, R. **Gestão e saneamento ambiental**. Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2016. 192 p.

MARTINS, B. C. **Planejamento urbano e regional**. Organizadora: Bianca Camargo Martins. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. E-book.

PHILIPPI Jr, A.; ROMERO, M. A. DE; BRUNA, G. C. **Curso de Gestão ambiental**. 2 ed. São Paulo - SP: Manole, 2014. v. 3. 1045 p.

RECH, A. U.; MARTIN, J; AUGUSTIN, S. **Direito ambiental e sociedade**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015. 292 p.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

Bibliografia complementar:

AMORIM, J. **Gestão e Planejamento ambiental urbano: Uma avaliação dos impactos socioambientais em áreas de preservação permanente no espaço urbano**, em Uberlândia – MG. **Revista Mirante**, v. 06, 2009.

BUENO, K. E. M; TAVEIRA, B. D. A.; FOGAÇA, T.K. **Planejamento e gestão ambiental**. Curitiba: Intersaberes, 2020. 308 p.

ICLEI BRASIL – Governos Locais pela Sustentabilidade. **Construindo cidades verdes: Manual de políticas públicas para construções sustentáveis**. 1. ed. São Paulo, 2011.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Sustentabilidade urbana: impactos do desenvolvimento econômico e suas consequências sobre o processo de urbanização em países emergentes (Textos para as discussões da Rio +20)**. Brasília, v. 1 a 3, 2015.

Disciplina: Saneamento Ambiental e Saúde Pública

Ementa: Conceitos de saneamento ambiental e saúde pública. Sistemas de abastecimento de água. Sistemas de tratamento de esgotos e manejo de águas pluviais. Ecologia, educação ambiental e saúde. Impactos socioambientais e a importância da saúde ambiental para a sociedade. Gestão do saneamento básico no Brasil. Modelos de prestação de serviços públicos de saneamento básico.

Competências e Habilidades:

- Compreender os conceitos básicos de saneamento ambiental e saúde pública.
- Identificar as doenças correlacionadas a falta de saneamento básico.
- Operar sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário
- Obter uma visão integrada do funcionamento dos sistemas de abastecimento, drenagem e esgoto.

Conteúdo Programático 1: Noções básicas de saneamento ambiental e saúde pública. Ciclo da água e relação com a humanidade. Sistemas de abastecimento de água. Principais normas do saneamento ambiental brasileiro.

Conteúdo Programático 2: Sistemas de tratamento de esgotos e manejo de águas pluviais. Controles de qualidade e normas e requisitos legais aplicáveis vigentes. Processo de esgotamento sanitário.

Conteúdo Programático 3: Ecologia, educação ambiental e saúde. Interrelações entre os seres vivos e o meio ambiente. Ciclos biogeoquímicos e a relação com os fluxos de energia. Impactos socioambientais e a importância da saúde ambiental para a sociedade.

Conteúdo Programático 4: Panorama da Gestão do Saneamento Básico no Brasil. Panorama das políticas e programas governamentais sobre saneamento básico no Brasil. Entidades reguladoras. Instrumentos e da apresentação do diagnóstico do saneamento básico no país. Modelos de prestação de serviços públicos de saneamento básico

Bibliografia básica:

FUNASA. **Manual de Saneamento**. 4. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, FUNASA. 2006.

PHILIPPI JR, A. **Saneamento, Saúde e Ambiente**. São Paulo: Manole. 2005. 842p.

PHILIPPI JR., A.; GALVÃO JR., A. C. **Gestão do Saneamento Básico: Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**. São Paulo: Manole. 2011.

ODUM, Eugene P.; BARRETTT, Gary W.. **Fundamentos de Ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

Bibliografia complementar:

BORJA, P. C.; MORAES, L. R. S. Sistema de indicadores de saúde ambiental - saneamento em políticas públicas. **Bahia Análise & Dados**, SEI, v. 10, n.4, p.229-244, Março/2001.

CRESPO, P. G. **Sistema de Esgotos**. Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Escola de Engenharia da UFMG, 1997. 131p.

TSUTIYA, M. T. **Abastecimento de Água**. São Paulo. Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da USP, 2004. 843p.

NETTO, José Martiniano de Azevedo; FERNANDEZ, Miguel Fernandez y. Manual de hidráulica. 9. ed. São Paulo: Blucher, 2018

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério do Meio Ambiente. **Histórico Brasileiro**. 2020. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/pol%C3%ADtica-nacional-de-educac%C3%A3o-ambiental/historico-brasileiro.html>. Acesso em: 11 ago. 2020.

Disciplina: Gestão da responsabilidade social e ambiental

Ementa: Fundamentos e desafios do desenvolvimento sustentável. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030. O que é Responsabilidade Social Empresarial. Fundamentos da responsabilidade social e ambiental. Ética e cidadania empresarial. Instrumentos da Responsabilidade Social Empresarial. NBR 16001. ISO 26000. Balanço Social, Indicadores e Governança Corporativa. Relatórios de Sustentabilidade e de Responsabilidade Socioambiental. Modelo *Global Reporting Initiative*.

Competências e Habilidades:

- Identificar as características e oportunidades do desenvolvimento sustentável;
- Utilizar ferramentas de responsabilidade social empresarial para a gestão de empresas;
- Conhecer e aplicar os instrumentos da RSE, analisar relatórios de responsabilidade socioambiental.

Conteúdo Programático 1: Desenvolvimento Sustentável

Conteúdo Programático 2: Definições de Responsabilidade Social Empresarial - RSE e ambiental.

Conteúdo Programático 3: Instrumentos de RSE (NBR 16001, ISO 26000, Balanço Social, Governança Corporativa, Indicadores de RSE, Códigos de Ética e Conduta).

Conteúdo Programático 4: Relatórios de Responsabilidade Socioambiental – GRI e Relatório Integrado.

Bibliografia básica:

BETIOL, L. et al. **Compra Sustentável: a força do consumo público e empresarial para uma economia verde e inclusiva**. Programa Gestão Pública e Cidadania, FGV, 2012.

DE JORNALISTAS, Rede Ethos. **Conceitos Básicos e Indicadores de Responsabilidade Social Empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.

ETHOS. **Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis**. São Paulo: Instituto Ethos. 2014.

KOTLER, P.; HESSEKIEL, D.; LEE, N. **Boas Ações: Uma nova abordagem empresarial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MACARTHUR, Ellen. **Rumo à economia circular: O racional de negócio para acelerar a transição**. Ellen MacArthur Foundation, 2015.

VEIGA, J. E. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**, São Paulo: Editora 34, 2013 .

VEIGA, J. E. **Para Entender o Desenvolvimento Sustentável**. 1ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2015. v. 1. 231 p.

Bibliografia complementar:

ASHLEY, P. A. et al. **Ética, responsabilidade social e sustentabilidade nos negócios: (des)construindo limites e possibilidades**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BENITES, L. L. L.; POLO, E. F. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na

Masisa. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 6, p. 827-841, 2013.

COMUM, Nosso Futuro. **Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

HAMMES, V. S. et.al. **Empresa, meio ambiente e responsabilidade socioambiental**. Brasília: Embrapa, 2012. 443p.

Disciplina: Estudos de conflitos ambientais: impactos ambientais e de vizinhança

Ementa: O processo de Avaliação de Impacto Ambiental – AIA. Legislação pertinente. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA. Multidisciplinaridade. Métodos de avaliação de impacto. Avaliação do grau de importância dos impactos – qualitativo. Conceituação de Impacto de vizinhança, aspectos legais. Conteúdo do Estudo de impacto de vizinhança – EIV e suas aplicações.

Competências e Habilidades:

- Reconhecer os conceitos e objetivos da avaliação de impacto ambiental;
- Familiarizar-se com a legislação pertinente;
- Compreender os processos para gestão de estudos de impacto ambiental;
- Conhecimento teórico e prático em Impacto de vizinhança e sua aplicação nos processos de licenciamento ambiental

Conteúdo Programático 1: Conceitos, processos e objetivos da avaliação de impacto ambiental.

Conteúdo Programático 2: A gestão de estudos ambientais: planejamento e elaboração (EIA-RIMA).

Conteúdo Programático 3: Avaliação de impacto ambiental na prática: execução, monitoramento, resultados e estudos de caso (EIA-RIMA).

Conteúdo Programático 4: O Estudo de impacto de vizinhança - EIV: conceitos, histórico, natureza jurídica e benefícios para a sustentabilidade.

Bibliografia básica:

HAMMES, S. **Julgar: percepção do impacto ambiental**. 3.ed., rev. e ampl. Brasília-DF: Embrapa, 2012. 286p.

ROCCO, R. **Estudo de impacto de vizinhança: instrumento de garantia do direito às cidades sustentáveis**. Lumen Juris, 2006. 241p.

SANCHEZ, L. S. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. 495p.

Bibliografia complementar:

SANTOS, R. F. **Planejamento Ambiental: Teoria e Prática**. 2ª ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. v. 1. 184p.

SOARES, W. I. R. **O estudo de impacto de vizinhança como instrumento jurídico para alcançar a sustentabilidade na cidade**. 2012. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/monografias/monografia.asp?id_dh=7011>. Acesso em: 19 jan. 2018.

PHILIPPI JR., A. MALHEIROS, T.F. **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. Barueri: Manole. 2012. 724p.

VILELA JUNIOR, A.; DEMAJOROVIC, J. **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Senac. 2006.

TOMANIK, R. **Estudo de Impacto de Vizinhança e Licenciamento Urbanístico-Ambiental: Desafios e Inovações**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008. Disponível em: <http://www.bdttd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2374>. Acesso em: 19 fev. 2018.

Disciplina: Auditoria Ambiental

Ementa: Tipos de auditoria ambiental. Planejamento e aplicação da auditoria ambiental. Condução das atividades de auditoria ambiental. Instrumentos para realização da auditoria ambiental. Critérios de auditoria: NBR ISO 19011-2018. Bases do processo de certificação do sistema de gestão ambiental.

Competências e Habilidades:

- Utilizar as normas técnicas de auditoria ambiental como ferramenta de gestão.
- Identificar os aspectos e impactos mensurados na auditoria ambiental.
- Compreender os processos de auditoria e certificação ambiental.
- Identificar as etapas da auditoria ambiental.

Conteúdo Programático 1: Histórico das questões ambientais e adoção da auditoria ambiental nas organizações.

Conteúdo Programático 2: Normas aplicadas a auditoria ambiental.

Conteúdo Programático 3: Planejamento e condução da Auditoria ambiental de primeira parte.

Conteúdo Programático 4: Certificação e o papel do auditor ambiental.

Bibliografia básica:

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 19011:2018** – Diretrizes para auditoria de sistemas de gestão. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

CAMPOS, L. M.; LERÍPIO, A. **Auditoria Ambiental - Uma Ferramenta de Gestão**. São Paulo: Atlas. 2009.

OLIVEIRA, C. M. de. **Manual de Auditoria Ambiental**. Ed: Celso Maran ebook. 2009.

PHILIPPI JR, A. ROMERO, M. A. BRUNA, G. C. **Curso de Gestão Ambiental**. São Paulo: Ed. Manole. 2. ed. 2014.

Bibliografia complementar:

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro; GEROLAMO, Mateus Cecílio. **Gestão da Qualidade ISO 9001:2015**: requisitos e integração com a ISO 14001:2015. São Paulo: Atlas, 2019. 204 p.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 9001:2015** – Sistemas de gestão da qualidade – Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR ISO 14001-2015**. Sistema de Gestão Ambiental – requisitos e orientações. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

VILELA JUNIOR, A. DEMAJOROVIC, J. **Modelos e Ferramentas de Gestão Ambiental**. 1. ed. São Paulo: Senac. 2006.

Disciplina: Licenciamento Ambiental

Ementa: Licença ambiental como instrumento da política nacional de meio ambiente. Legislação pertinente. Competências. Atividades a serem licenciadas. Tipos de licença ambiental e etapas do licenciamento. Prazos. Condicionantes. Instrumentos legais de licenciamento ambiental.

Competências e Habilidades:

- Entender a importância do processo de licenciamento ambiental;
- Diferenciar os tipos de licenças ambientais e a legislação aplicável para cada situação;
- Conhecer os órgãos e procedimentos do licenciamento ambiental e identificar os empreendimentos e atividades que necessitam de licenciamento ambiental;

Conteúdo Programático 1: Introdução e Histórico do Licenciamento Ambiental no Brasil. A Qualidade Ambiental como uma Razão para se fazer o Licenciamento Ambiental.

Conteúdo Programático 2: Legislação Aplicável ao Licenciamento Ambiental. Tipos de Licenças Ambientais.

Conteúdo Programático 3: Empreendimentos e Atividades que Necessitam de Licenciamento Ambiental. Órgãos e Procedimentos do Licenciamento Ambiental.

Conteúdo Programático 4: Monitoramento e Participação Popular no Licenciamento Ambiental. Licenciamento Ambiental para Fins Urbanísticos: estudos, planos e projetos.

Bibliografia básica:

CETESB. **Manual para elaboração de estudos para o licenciamento com avaliação de impacto ambiental.** São Paulo, 2014.

CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. **Avaliação e perícia ambiental.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 294p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Capacitação de gestores ambientais: licenciamento ambiental.** Brasília: MMA, 2009. 90p.

Bibliografia complementar:

MOTTA, D. M.; PÊGO, B. **Licenciamento ambiental para o desenvolvimento urbano: avaliação de instrumentos e procedimentos.** Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

Disciplina: Direito Penal Ambiental

Ementa: Proteção jurídico-penal do meio ambiente. Análise da Lei nº 9605/1998. Dos crimes contra a Fauna. Dos crimes contra a Flora. Aspectos processuais penais da responsabilização penal. Ação Penal. Responsabilização penal da pessoa jurídica.

Conteúdo Programático 1: A proteção jurídico-penal do meio ambiente.

Conteúdo Programático 2: Introdução ao direito penal ambiental.

Conteúdo Programático 3: Crimes em espécie.

Conteúdo Programático 4: Questões processuais penais da responsabilização penal pela prática de crime ambiental.

Competências e Habilidades:

- Compreender a complexidade relacionada à proteção ambiental pelo Direito Penal;
- Conhecer os pressupostos do Direito Penal Ambiental;
- Reconhecer criticamente os crimes contra o meio ambiente;
- Analisar criticamente os fundamentos da responsabilização pela prática de crimes contra o meio ambiente.

Bibliografia básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** legislação penal especial. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Legislação Penal Especial.** São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal do ambiente:** crimes ambientais (Lei 9.605/1998). Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ROCHA, Fernando A. N. Galvão da. **Estudos em Direito Penal ambiental.** Belo Horizonte: Editora Expert, 2021.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FREITAS, Vladimir Passos de. **Crimes Contra a Natureza**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 9. ed., 2012.

GOMES, Luiz Flávio; MACIEL, Silvio Luiz. **Lei de crimes ambientais: comentários à lei 9.605/1998**. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **Alguns Aspectos sobre a Lei dos Crimes Ambientais**. Disponível em:

<www.mp.pe.gov.br/alguns_aspectos_sobre_lei_de_crimes_ambientais>. Acesso em: 10.08.2017.

RODRIGUES, Denilson da Silva. A pessoa jurídica de direito público como sujeito ativo de crime ambiental. **Revista de direito ambiental**, São Paulo, v. 23, n. 90, p. 245-266, abr./jun.. 2018. Disponível em: http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=143590. Acesso em: 22 jun. 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Curso de Direito Ambiental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book.

SILVA SANCHEZ, Jesus-Maria. **Política Criminal y nuevo derecho penal**. Barcelona: José María Bosch Editor, 1997.

TAVARES, Juarez. **Fundamentos de teoria do delito**. São Paulo: Tirant lo blanch, 2020.

TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. E-book

Ementa: Direito ambiental internacional

Ementa: Apresentar os aspectos do meio ambiente no mundo contemporâneo, princípios do Direito ambiental, conceitos e tratados internacionais sobre direito ambiental com aplicação no cenário nacional, apresentando temas contemporâneos como a o desenvolvimento sustentável, questão climática, poluição das águas e a defesa do meio ambiente como direitos humanos.

Competências e Habilidades:

- Conhecer conceitos, princípios e fontes aplicados no direito ambiental internacional;
- Identificar os tratados internacionais mais importante na temática ambiental;
- Aplicar normas e conceitos incorporados no âmbito interno que se relaciona aos direitos humanos;
- Conhecer os tratados de defesa do mar e do clima ratificados pelo Brasil.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao direito ambiental internacional.

Conteúdo Programático 2: Meio Ambiente e Direitos Humanos.

Conteúdo Programático 3: Águas, mares e seus recursos no âmbito internacional.

Conteúdo Programático 4: Proteção do Clima.

Bibliografia básica:

ACCIOLY, Hildebrando, *et al.* **Manual de direito internacional público**, 25 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**, 22 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MAZZUOLI, Valério de O. **Curso de direito internacional público**, 14 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2021.

Bibliografia complementar:

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**, 20 ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental**, 8 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bits e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- *Plugin* de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

